

PROJETO DE LEI 57/2013

DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DE DÉBITOS DO MUNICÍPIO DE AGUDO COM O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE AGUDO – PREVIAGUDO.

Art.1.º Fica autorizado o parcelamento dos débitos oriundos das contribuições previdenciárias devidas e não repassadas pelo Município de Agudo ao Regime Próprio de Previdência do Município de Agudo – Previagudo, referente à contribuição patronal e passivo atuarial, das competências julho/2013 a dezembro/2013, incluído o 13.º Salário/2013, em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas, nos termos do artigo 5º da Portaria MPS nº 402/2008, na redação das Portarias MPS nº 21//2013 e nº 307/2013.

Art. 2.º Para apuração do montante devido, os valores originais serão atualizados pelo IGP-M/FGV, acrescido de juros simples de 1,0% (um por cento) ao mês e multa de 2,0% (dois por cento), acumulados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento.

§ 1.º As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo IGP-M/FGV, acrescido de juros simples de 1,0% (um por cento) ao mês, acumulados desde a data de consolidação do montante devido no termo de acordo de parcelamento até o mês do pagamento.

§ 2.º As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo IGP-M/FGV, acrescido de juros simples de 1,0% (um por cento) ao mês e multa de 5,0% (cinco por cento), acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo pagamento.

Art. 3.º Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento, não pagas no seu vencimento.

Parágrafo único. A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Agudo, 20 de dezembro de 2013.

VALÉRIO VILÍ TREBIEN
Prefeito

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

Remetemos para tramitação a proposta com a qual o Governo busca autorização legislativa para proceder ao parcelamento de débitos previdenciários com o Regime Próprio de Previdência do Município de Agudo gerados no ano que se encerra.

O comportamento das finanças neste primeiro ano de governo foi atípico. De um lado o forte contingenciamento do Governo Federal, que implementou uma política de redução da carga tributária sobre uma cesta de produtos, muitos dos quais fatos geradores da receita que integra o Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Também outras receitas que dependem da evolução da econômica do estado e do país – que não foi como esperada – diminuíram, com repercussão no bolo tributário distribuído para os municípios. Com isso a receita arrefeceu em mais de R\$ 1,5 milhão. Foi, portanto, sob este aspecto, um ano de difícil administração. De outro lado a despesa do governo não foi menor. Agudo é um município com porte que demanda, do Poder Público, ações e programas que absorvem o orçamento. Em paralelo à situação ordinária, houve, neste exercício, despesas extras, ditadas por circunstâncias peculiares. Aquisição de imóveis para construção de prédios públicos, contrapartida do Município em obras contratadas, pagamento de parcelamentos e reparcelamentos de débitos previdenciários remanescentes de governos anteriores; estas foram algumas das despesas adicionais que o Município enfrentou.

Com esta realidade, o Poder Executivo se viu forçado a postergar o pagamento de algumas verbas. Entendeu-se com menor prejuízo para a funcionalidade do governo, acumular as verbas previdenciárias – patronal e destinada à recuperação do passivo atuarial, nos meses do segundo semestre, mais o 13º salário.

O valor acumulado histórico deste débito é de R\$ 1.576.048,00. Propõe-se parcelar esta dívida no prazo facultado pela legislação – sessenta meses.

Os cálculos da atualização dos valores e das parcelas passam a ser feitos diretamente no sistema CADPREV, desenvolvido pelo Ministério da Previdência Social para padronizar essas operações.

O Previagudo terá a garantia de satisfação desse parcelamento pela cláusula que fazemos escrever, vinculando a quitação ao repasse do FPM. Assim sendo, informa-se o banco onde transita aquele repasse federal, e o valor será retido diretamente na fonte. Sem margem para não ser pago.

Dada a premência de deliberação, gravamos a tramitação desta proposição com **regime de urgência**.

VALÉRIO VILÍ TREBIEN
Prefeito

